

# NOTAS PAR A UMA ONTOLOGIA MARXISTA DA EDUCAÇÃO

Alfons Heinrich ALTMICKS<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente ensaio traduz os esforços que compuseram o degrau inicial de uma investigação sistemática, ainda inconclusa, sobre as possibilidades ontológicas para o campo educacional. Área pouco estudada no Brasil, a Ontologia da Educação representa o ponto de coincidência entre a filosofia pura e as Ciências da Educação. Tomando como eixo o problema da verdade, este ensaio pretende traçar rudimentos sobre a contribuição da Escola Marxista ao estudo da Ontologia da Educação. Por se tratar de composição híbrida, optou-se por uma estrutura tendente aos textos filosóficos clássicos, em que os conectivos formais são propositadamente suprimidos. Outrossim, também intencionalmente, os elementos de introdução e conclusão não são formalizados, apenas intuídos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ontologia. Educação. Verdade. Escola Marxista.

**ABSTRACT:** The following essay brings up the efforts that composed the first steps of a systematic investigation, yet to be concluded, about the ontological possibilities on the educational field. The education's ontology, a little studied area in Brazil, represents the tie between the pure philosophy and the science of education. Considering the problem of truth as axis, this essay intends to trace rudiments about the Marxist School's contributions to the study of the ontology of education. Because it is a hybrid composition, a structure that tends to the classic philosophical texts were chosen, in witch the polite connectives are purposely suppressed. Furthermore, also intentionally, the introduction and conclusion elements are not formalized, but intuited.

**KEY WORDS:** Ontology. Education. Truth. Marxist School.

1

O Marxismo pretende uma *genealogia materialista* para os fenômenos: matéria inorgânica; matéria orgânica; Consciência. Nos primórdios, havia a matéria inorgânica, que transformou-se em matéria orgânica. Daí, em matéria

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social (UCSal) e em Pedagogia (FAZAG), especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior (UCSal) e em Educação e Novas Tecnologias (ESAB), mestre em Ciências da Educação (USC), doutorando em Ciências da Educação (USC). Docente lotado no instituto de Letras da Universidade Católica do Salvador. E-mail: altmicks@bol.com.br

orgânica consciente. Mais tarde, com a sua complexificação, fez-se a vida social. A consciência representa a transformação última da matéria. A sua propriedade, portanto, é a de refletir a realidade (o cérebro só pode inferir na sua ligação com o mundo físico). Desta relação, surgem sensações, impressões, ideias, conceitos, juízos, raciocínios etc. Evidentemente, a apropriação da realidade não depende exclusivamente da absorção das características dos seus fenômenos; o sujeito se coloca na relação do conhecimento.

O *noumeno* é determinado na matéria, como realidade objetiva, exterior ao ser e independente deste. A matéria possui propriedades relativas e mutáveis. O conhecimento humano sobre a matéria também é relativo e mutável: quanto mais o homem avança e evolui em conhecimento, mais a matéria se lhe parece mais difícil de compreender. Se a *genealogia materialista* estiver correta, muitos milhões de anos foram necessários para que a matéria percorresse os seus três estágios — inorgânico/orgânico/consciente. Neste processo, o ser humano passou de ação pura (orgânico) para pensamento (consciente). E toda vez que pensou a sua ação, transformou-se, demandando novas reflexões. A *práxis* marxista implica a materialidade do mundo.

Todos os fenômenos ocorrem na materialidade e são aspectos da própria matéria em movimento. A matéria antecede à consciência (a consciência seria um reflexo da matéria). O mundo pode ser, gradualmente, conhecido da consciência, mas isso demanda evolução. Apenas com o tempo, o homem vai descobrindo as verdades definitivas dos fenômenos. Assim, Marx rejeita Hegel — na sua dialética idealista —, para adotar uma dialética que se exprime por evolução histórica das sociedades.

## 2

Hegel foi o primeiro pensador moderno a observar a realidade em bases históricas<sup>2</sup>. Da sua perspectiva, a consciência se constrói nas relações históricas contraditórias. O real só existe enquanto processo de contínua mudança, que ocorre por contradições. Os seres e as coisas evoluem, porquanto carreguem em si mesmos a sua própria negação. Assim, para toda e qualquer realidade, há

---

<sup>2</sup> Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**, vol I e II. Petrópolis: Vozes, 1992.

a sua afirmação (*tese*), à qual se apresentará a sua negação (*antítese*), gerando a sua superação (*síntese*). Além do *Princípio da Contradição* como motor da realidade, Hegel ainda concebe para a sua dialética o *Princípio da Totalidade*, segundo o qual o todo predomina sobre as partes que o constitui. Ou seja, não há fenômenos isolados nem na sociedade, nem na natureza.

Com Marx, a dialética se torna filosófica (*Materialismo Dialético*) e científica (*Materialismo Histórico*). Marx parte da dialética hegeliana, mas aplicando-a radicalmente à realidade. Enquanto a dialética de Hegel é idealista, conceitual; o Materialismo Dialético será iminentemente histórico. Para Marx, a dialética não pertence ao pensamento humano, mas à própria natureza, à própria sociedade, à própria História. Há uma força subterrânea que permeia todas as relações sociais, essa força é o conflito — em última instância, o conflito de classes. Este seria o verdadeiro motor do espírito humano — e da própria história dos povos.

### 3

Marx entende o trabalho como *práxis*, como uma atividade na qual o homem, à medida em que modifica a natureza e a sociedade, é também por elas modificado. Neste processo, sujeito e objeto se transformam mutuamente. Assim, aqueles que se propõem a mudar o mundo devem estar preparados para mudar a si mesmos.

O cerne da questão ontológica: aquilo que é a *linguagem* para o Ceticismo Pragmático, é o *trabalho* para o marxismo, qual seja: critério de sobrevivência.

### 4

Para sobreviver como espécie, o ser humano seguiu um imperativo biológico: pensar. Para além de uma prerrogativa antropológica, o uso das categorias lógico-dedutivas constitui uma necessidade de adaptação, vital à sobrevivência de um organismo animal, cujo despreparo para a existência é tão flagrante e ostensivo. Ao longo da sua evolução, o ser humano se obrigou a percorrer o caminho inverso ao do desenvolvimento natural das espécies, ou seja, em vez de se adaptar às circunstâncias imanentes; fez acomodar, por meio de raciocínio, o meio ambiente à sua fragilidade orgânica — traço distintivo

formidável em relação aos demais seres vivos imersos na lógica da Seleção Natural<sup>3</sup>.

Assim, como a espécie humana não possuísse garras afiadas para a caça, procurou desenvolver utensílios perfuro-cortantes; conquanto não tivesse pelagem grossa o suficiente para se abrigar do frio, desenvolveu o vestuário (e, mais tarde, aprendeu a dominar o fogo); ainda que fosse uma das espécies mais lentas da natureza, buscou compensar a sua vagarosidade inventando o conceito da roda. Na sua gênese, a espécie humana se valeu da sua elevada capacidade (cognitiva, psíquica, afetiva) para mudar as circunstâncias em favor das suas inabilidades. E logrou se projetar ao futuro.

Na espécie humana, o futuro é sempre síntese de saberes. Também síntese histórica. No seu célebre e inconcluso *Introdução [à crítica da economia política]*<sup>4</sup>, Marx elabora os rudimentos de uma epistemologia materialista e tenta, à sua maneira, resolver as questões fundamentais propostas pela Ontologia<sup>5</sup>. As suas ideias são, no mínimo, originais: Em Marx, pensamento e História têm estruturas similares: ambos procedem por confluências (*síntese*). Para que um pensamento venha à mente, o ser humano deve coordenar e fazer confluir uma infinidade de outros pensamentos. Tal ocorre também na História: para que um fato histórico ocorra, uma infinidade de outros fatos devem se coordenar e confluir. Deste modo, História e pensamento não podem ser dissociados. Origem do conceito de *práxis*.

O imperativo biológico (pensar) se traduz em *práxis*. Pensar implica, além de capacidade de abstração superior, o desprendimento de alguma energia transformadora. A senda da mão guiada pelo olho, guiando-o por sua vez. Ao inferir sobre a sua realidade, o ser humano é compelido a transformá-la — criando tecnologias de produção. Mas as tecnologias de produção transformam o próprio ser humano e a sua sensibilidade e a sua sociedade. Como síntese, inferir e transformar propõem o trabalho.

---

<sup>3</sup> Cf. DARWIN, Charles. **A evolução das espécies**. São Paulo, Martin Claret, 2004. (Col. A obra-prima de cada autor).

<sup>4</sup> Cf. MARX, Heinrich Carl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**; e Outros Textos Seleccionados. 4ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1987.

<sup>5</sup> É possível conhecer a realidade? Somente o fenômeno, ou também o *noumeno* da realidade? Uma vez admitido que é possível conhecer o *noumeno* da realidade, seria igualmente possível acomodá-lo em termos inteligíveis?

## 5

No seu *Introdução [à crítica da economia política]*, Marx argumenta que, ao longo de toda a História humana, o indivíduo se situou num ambiente onde vige uma forte dependência da sociedade à qual pertence — em todos os aspectos, sobretudo em relação à atividade de produção. Somente a partir do Século XVIII, a sociedade burguesa, com a *Economia Clássica*, vai criar a ilusão de que o indivíduo independe do seu conjunto social — e apenas o utiliza para atingir os seus objetivos.

O conceito de *Homem natural*, de Smith<sup>6</sup> e Ricardo<sup>7</sup> nada mais é, para Marx, do que um devaneio, engendrado pelo pensamento burguês. Em mesma medida, o autor toma a teoria do *Contrato Social*, de Rousseau<sup>8</sup>. Mesmo na sociedade burguesa, em que se instituiu a ilusão do homem *posto conforme a natureza*, o processo de produção é realizado na interdependência entre os sujeitos, porquanto o próprio conceito de *produção* perca inteiramente o sentido fora das dinâmicas sociais. *O homem é um zoon politikon, que só pode isolar-se em sociedade.*

A produção material demanda interação: os indivíduos — ainda que se pretendam isolados — imbricam os seus interesses; a ideia de harmonia e imutabilidade das relações de produção, também corrente entre os liberais e os fisiocratas dos Séculos XVII e XVIII, é advinda da ilusão do *Homem natural*. Para Marx, a produção deve ser entendida como um processo originado historicamente, porquanto sempre haja a necessidade de situá-la quanto ao seu estágio de desenvolvimento. Desta forma, imaginar algo como uma *produção geral* constitui um mero exercício de abstração.

## 6

A *produção geral* é uma abstração (talvez com algum sentido). Refere-se ao lastro produtivo comum a todas as formas de produção que se estabeleceram ao longo da história humana.

---

<sup>6</sup> Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

<sup>7</sup> Cf. RICARDO, David. **Princípios de Economia política e tributação**. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Col. Os Pensadores).

<sup>8</sup> Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Com efeito, nos processos produtivos, alguns elementos são coincidentes em todas as eras — notadamente, o homem (sujeito) e a natureza (objeto). Assim, se se pretende extrair, à guisa de elementos gerais da produção — ou elementos de uma *produção geral* — o que seja comum a todos os tempos de produção humana, ver-se-á que o mesmo homem que trabalhava a terra com as mãos na Idade do Bronze, trabalha-a com tratores nos dias atuais. Os elementos Homem e Natureza são, basicamente, os mesmos; o que mudou foi a tecnologia (da mão à máquina).

Quando se estuda a produção material num determinado momento histórico, deve-se procurar compreender como os elementos gerais da produção (comuns a todas as eras) são inseridos na produção material particular. Fora desta concepção, não é possível imaginar a *produção geral*, a menos que se queira referir à totalidade (soma) das categorias particulares de produção — pecuária, agricultura, manufatura...; Entretanto, uma categoria particular de produção nunca se encontra fechada em si mesma; para que ganhe sentido, também precisa estar situada em relação à totalidade (soma) das categorias de produção.

## 7

Entre os economistas contemporâneos de Marx, vigia a prática de se iniciar os escritos econômicos pelas *Condições Gerais* da produção: fatores sem os quais seria impossível a produção material; e fatores que minimizam ou otimizam a produção. Marx cria que os seus pares não analisaram as questões de forma suficientemente consistente. E não o fizeram por serem incapazes de contemplar a evolução histórica da produção nas sociedades.

Os economistas contemporâneos de Marx — e ele cita nominalmente Stuart Mill<sup>9</sup> — recorrem a um ardil para garantir a manutenção do *status quo* burguês: insistem que a produção material é regida por leis naturais e invariáveis; e que tais leis, de uma forma geral, são coincidentes com o padrão burguês de produção. O problema aqui se circunscreve ao horizonte da ideologia, mas também está situado nos limites institucionais do pensamento burguês, cuja

---

<sup>9</sup> Cf. MILL, John S. **Princípios de economia política**; com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo, Abril Cultural, 1983. 2v. (Col. Os Economistas).

síntese pode ser obtida da análise de dois elementos: a propriedade; a proteção do direito à propriedade.

8

A produção é sempre uma apropriação da natureza pelo indivíduo, sob a demanda da sociedade em que está inserido. Produção e propriedade são tão indissociáveis, que se constituiria um paradoxo imaginar algo como uma produção sem a apropriação da natureza. Toda forma de produção (propriedade) engendra o seu próprio sistema de direito — que, em última instância, é a sua maneira particular de proteger a propriedade. Marx tece duras críticas aos economistas clássicos por estes subestimarem a relação intrínseca entre produção (propriedade) e direito. A produção (propriedade) responde pelo direito e pelo Estado de Direito da sociedade onde se desenvolve.

9

Marx critica o *objetivismo* com que os economistas da sua época teorizam e avaliam as relações entre produção, distribuição, troca e consumo. Para estes, o *processo econômico* é marcado pela linearidade — etapas definidas e sucessivas. Os homens se apropriam da natureza e a transformam com o seu trabalho, para gerar produtos que atendam às suas necessidades; os frutos do seu trabalho são divididos, segundo as partes justas que cabem a cada um dos envolvidos no processo — sob a mediação das leis vigentes no contexto onde se dá a produção; advém então a etapa das trocas, onde a quantia que lhes coube pela distribuição é transformada em outros produtos; por fim, o consumo, em que os produtos são sacados do processo social e convertidos em objetos de uso particular.

Marx chama de *superficial* o raciocínio dos economistas clássicos, porquanto afirme a separação entre as fases do *processo econômico*. Nesta concepção ingênua, a produção representa a generalidade; a distribuição e a troca são as particularidades; e o consumo, a individualidade do *processo econômico*.

No pensamento marxista, a produção é também imediatamente consumo, em duas diferentes dimensões: subjetivamente, porque o indivíduo que produz

também consome as suas energias e o seu conhecimento; e objetivamente, porque, ao produzir, o indivíduo consome recursos naturais e financeiros e os próprios meios de produção. Por outro lado, o consumo é também imediatamente produção. Tudo o que o indivíduo consome produz algo para si, seja orgânica ou intelectualmente — o homem que consome um alimento produz seu próprio corpo; o que consome um livro produz seu próprio intelecto, etc.

Assim, produção e consumo se imbricam e se confundem, no devir do *processo econômico*: cada um é imediatamente o outro. Mas, ao mesmo tempo, cada um é também imediatamente o mediador do outro: a produção faz a mediação do consumo quando cria os seus objetos; o consumo faz a mediação da produção, porque desenvolve para esta um sujeito. A produção só é finalizada no consumo e sem o consumo não existe produção. O consumo se inicia na produção e só desta forma pode ser efetivado.

10

O consumo determina a produção em duas dimensões. Em primeiro lugar, porque a produção só se efetiva no consumo — antes de ser consumido, o produto é somente objeto natural; apenas quando se concretiza o ato do consumo torna-se efetivamente produto, fechando o ciclo da produção. Em segundo lugar, porque o consumo demanda uma nova produção — o consumo constitui o próprio impulso para a produção, pois cria no consumidor a imagem subjetiva do produto, enquanto necessidade.

A produção determina o consumo de três maneiras: primeiro, fornecendo ao consumo um objeto, sem o qual ele não existiria; depois, delineando o caráter do consumo (para além do objeto material), pois a forma de consumir implica as características do objeto a ser consumido; e, por último, desenvolvendo no consumidor um modo de consumir (um consumidor apto para consumir é condição para o consumo). Assim, são em número de três as identidades entre consumo e produção: 1º) identidade imediata: produção é consumo; consumo é produção; 2º) identidade de mediação, expressa numa mútua dependência; e 3º) identidade de criação (e finalização): o consumo fomenta a produção, e nela tem o seu objetivo e a sua conclusão; e vice-versa.



A despeito de tantas coincidências entre os conceitos de produção e consumo, seria um erro tomá-los por idênticos — e este engano é cometido por muitos teóricos da Economia (Marx cita como exemplo a interpretação de Say<sup>10</sup>). Produção e consumo são momentos distintos (e reflexivos) de um mesmo ato (o ato produtivo), e nunca são atividades realizadas por indivíduos isolados; antes, cumprem o seu percurso socializante.

## 11

Na distribuição, figuram a renda, o salário, os juros e o lucro; na produção, estão os meios, o trabalho e o capital — concebidos como agentes de produção. Marx afirma que os tratados econômicos do seu tempo tendem a abordar estes elementos sempre em dois horizontes. O capital, por exemplo, é estabelecido, desde o primeiro instante, em uma dupla dimensão: é ao mesmo tempo o agente de produção e uma fonte de receita. Com os juros e o lucro o mesmo se dá, levando-se em conta o fato de que juros e lucro são mecanismos de otimização (e acúmulo) de capital, portanto, fontes de receita; e dispositivos de injeção de capital na produção (desta perspectiva, funcionam como agentes desta).

Para o indivíduo (proletariado), a distribuição representa uma lei social, que determina o seu lugar no processo de produção. Originalmente, o indivíduo não possui capital ou meios de produção, por isso é constringido ao trabalho assalariado. Mas o trabalho assalariado é uma consequência da existência do capital e dos meios de produção (enquanto agentes da produção).

Em algumas circunstâncias, a distribuição aparentemente precede e determina a produção — por exemplo, quando o povo conquistador reparte (distribui) a terra conquistada entre si, e/ou toma por escravo o povo conquistado. Ou quando, numa revolução, é executada uma reforma agrária (distribuição)<sup>11</sup>. Ora, em ambas as situações (historicamente plausíveis), a produção será reconfigurada, nos termos de uma nova distribuição. Esta nova distribuição não

---

<sup>10</sup> Cf. SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economía política**; O exposición sencilla del modo con que se forman, se distribuyen y se consumen las riquezas. Madri, F.C.E., 2002.

<sup>11</sup> Cf. ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984. (Col. Perspectivas do Homem; V. 99).

parece ter sido fomentada pela produção, mas, antes, pela própria dinâmica da sociedade. Pura ilusão.

A distribuição não é somente distribuição de produtos. Antes de sê-lo, é também a divisão (distribuição) de meios e instrumentos de produção entre as pessoas que produzem, e a disposição (distribuição) dessas pessoas nas tarefas dos diferentes tipos de produção. Mais especificamente, a distribuição dos meios e instrumentos de produção e a distribuição das pessoas nas atividades de produção determinam o caráter da produção — que, por sua vez, influencia na distribuição dos produtos.

No marxismo clássico, o estudo das relações entre produção e distribuição se circunscreve ao domínio da produção, porque a distribuição (dos meios e instrumentos de produção) é vista como uma etapa da produção. Ademais, a distribuição não é um pressuposto natural (espontâneo) da produção, mas uma construção sócio-histórica com base na produção. Assim, toda análise das relações entre produção e distribuição se resume a descobrir como a História — ou, mais precisamente, a condição histórica — afeta a produção; e, por sua vez, como a produção interfere na História das sociedades.

## 12

Na História das nações, o capítulo sobre as conquistas imperialistas é bastante elucidativo quanto às relações entre produção e distribuição. A influência de um povo conquistador sobre a produção de um povo conquistado pode ocorrer, historicamente, de três maneiras: o conquistador constringe o conquistado a atuar conforme o seu próprio modo de produção (os ingleses em relação aos irlandeses e aos indianos); o conquistador não interfere no modo de produção do conquistado, mas exige um tributo sobre a produção deste (turcos e romanos); e conquistador e conquistado fundem as suas formas de produção, criando algo inteiramente novo (conquistas dos povos germânicos). Em todos os casos, o modo de produção adotado determina a dinâmica da distribuição.

13

A troca é um elemento mediador entre a produção (junto com a distribuição) e o consumo. Entretanto, como o consumo se apresenta como um momento da produção, a troca pode também assim ser concebida. Esta afirmação de Marx pode ser explicada por três argumentos: 1º) a produção, na sua dinâmica, utiliza a troca de atividades e capacidades para formar o produto; 2º) no que se refere à troca de produtos finalizados, é o consumidor quem gera a demanda dos produtos, portanto, a troca só existirá se o consumo instigar a produção — o que, em última instância, significa conceber a troca como um momento da produção; e 3º) na sua organização, a troca é tão determinada em função da produção, que se constitui, ela mesma, numa atividade produtora.

14

A conclusão de Marx. Produção, distribuição, troca e consumo não são idênticos, mas compõem uma totalidade de diferenças dentro de uma unidade — que é o próprio *processo econômico*. Estes elementos podem ser vistos como momentos diferentes de um mesmo ato: há reciprocidade e reflexibilidade entre eles. Enfim, produção, distribuição, troca e consumo constituem um todo orgânico e dinâmico do processo econômico.

15

Normalmente, nos estudos de economia política, inicia-se a pesquisa pelos dados reais e concretos de um determinado país (produção, divisão de classes, distribuição desta população entre o campo e a cidade, diferentes ramos da produção, exportação e importação, etc.). O pensamento marxista concebe como correto este ponto de partida. Entretanto (tal como o fazem os economistas liberais), quando se ignora as relações destes elementos entre si — por exemplo, população pressupõe as classes que a compõem; estas, por sua vez, demandam o entendimento das relações de trabalho; que remetem o pesquisador para outros elementos tais como a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. —, comete-se um engano fundamental, a idealização.

No *Introdução [à crítica da economia política]*, Marx apresenta dois métodos distintos, utilizados no estudo da economia política: o método tradicional dos economistas, que se fundamenta numa idealização do concreto e que chega a relações econômicas abstratas — e estas, por sua vez, inauguram sistemas econômicos que se organizam do mais simples para o mais complexo —; e o seu próprio método (materialista dialético), que parte do concreto, enxergando-o como a síntese histórica de muitas relações socioeconômicas. Para Marx, o fato histórico, em si, já constitui uma síntese de fatos históricos anteriores (e determinantes de si). E, como síntese, apresenta-se ao pensamento. Assim, o método marxista parte do concreto em toda a sua complexidade — embora apresentado como síntese ao pensamento — para a dedução das suas relações mais específicas.

A diferença entre os dois métodos é estabelecida por Marx da seguinte maneira: enquanto o método dos economistas clássicos parte do *concreto idealizado* para as determinações abstratas; o seu método parte das determinações abstratas para o *real concreto*, através do pensamento — porque utilizar-se do abstrato para tomar posse do concreto é o próprio *modus* do pensamento. O *real concreto*, enquanto síntese elaborada pelo pensamento, é o produto da consciência. Ele aparece na mente humana não como ponto de partida, mas como resultado das atividades intelectuais. É através da síntese que o pensamento se apropria da realidade concreta — contudo, fora do pensamento, o *real concreto* continua a existir ontologicamente.

A concepção marxista de síntese (pensamento e História imbricados como síntese) gera uma ontologia efetivamente materialista, histórica e dialética. Uma ontologia que contempla o *ser social*. *O homem é um zoon politikon, que só pode isolar-se em sociedade*. As pistas para a compreensão da ontologia marxista (do *ser social*) foram escondidas em *A ideologia alemã*<sup>12</sup>: *os indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida*. A existência imediata desses

---

<sup>12</sup> Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 1998. (Col. Clássicos).

*indivíduos* é dada na transformação da natureza. Portanto, no trabalho (que inaugura o *ser social*). O trabalho humano modifica a natureza, mas ao modificar a natureza, o homem modifica a si mesmo (inaugurando o *ser social*). O trabalho representa o ontológico-absoluto do *ser social*.

O trabalho postula uma ontologia para o ser. E o trabalho perfaz as categorias materialista, histórica e dialética. Materialista, porquanto represente a emergência da sobrevivência humana. Histórico, porque a essência humana (indivíduo) é forjada no devir da existência em sociedade. Dialético, posto que aquilo que compõe o ser social é resultante do conflituoso relacionamento entre os seres humanos. Desta forma, o trabalho funda uma ontologia para o social.

18

Desde a sua gênese, o ser humano busca no trabalho os mecanismos fundamentais para a sua subsistência (sobrevivência). Para poder se alimentar e se vestir e se abrigar e se proteger, o homem teve que aprender a transformar a natureza. Caçar, pescar, plantar, criar instrumentos e técnicas... As formas incipientes de trabalho legaram ao homem o controle sobre os ambientes imediatos; as formas complexas, de todo o planeta<sup>13</sup>. Da machadinha de pedra lascada até os cibercorredores de última geração, as tecnologias do trabalho — e o trabalho em si — têm acompanhado o ser humano na sua jornada pela vida. De tal forma, que o trabalho pareceu tornar-se algo natural, a ponto de não ser mais notada a sua evolução. Embora o trabalho continue a modificar e a se modificar através dos tempos.

19

Entre os gregos, o trabalho não era visto com bons olhos — exceto aqueles que se referiam às atividades investigativa e filosófica. Os gregos faziam a distinção entre o trabalho intelectual, superior; e o trabalho manual, próprio para as castas periféricas. Platão sustentou que a contemplação das ideias era a atividade perfeita para os cidadãos da *polis*. Para os outros — mulheres, escravos, estrangeiros —, restou o trabalho físico. Os romanos herdaram algo

---

<sup>13</sup> Cf. ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

da concepção grega. A sociedade latina rejeitou o trabalho físico, embora não pretendesse substituí-lo pela contemplação filosófica, mas pelo prazer hedonista. Desta forma, os romanos instituíram a oposição entre *labor* e *otium*, entre trabalho e lazer. Essa dicotomia foi tão radicalizada, que a negação da palavra *otium* (lazer) — pela aplicação da partícula negativa latina *nec* — passou a ser sinônimo de trabalho: *nec otium*, negócio.

Na Idade Média, a Escolástica tentou reabilitar o trabalho, tornando-o um elemento de salvação. Foi São Tomás de Aquino quem postulou a igualdade entre todas as formas de trabalho. Porém, os escolásticos mal conseguiam esconder a influência da cultura greco-latina sobre o seu pensamento. Com um pé na Antiguidade Clássica e outro no Cristianismo, a Escolástica terminava por valorizar a atividade intelectual em detrimento da física. De toda sorte, a mentalidade da Igreja medieval conseguiu elevar o prestígio do trabalho a um ponto nunca antes atingido: a dignidade. E isso pode ser observado em São Bento de Núrsia — *Ora et labora*. Ainda assim, a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual persistiu.

Com a implosão da Idade Média, a sociedade pós-feudal ressignificou o trabalho — por influência de uma nova classe em ascensão: a burguesia. O trabalho moderno é marcado pela ideia de transformação radical da natureza (durante a Idade Média, a relação entre homem e natureza era pronta, acabada, definitiva). Agora, o trabalho seria gradativamente valorizado como condição (de felicidade, plenitude, honra, orgulho, sensação de dever cumprido, pura ideologia). A incipiente Modernidade se caracterizou por: valorização da técnica; preocupação em dominar o tempo e o espaço; otimização dos sistemas de comunicação (vitais para os interesses mercantilistas); desenvolvimento das Ciências (Naturais, notadamente a Física e a Astronomia); confecção de novos sistemas de cálculo.

A Era Industrial trouxe o aperfeiçoamento do modo de produção (agora, serializada). Com divisão racional/científica do trabalho e o uso de máquinas que exigiam menos força, todos puderam ser inseridos nas atividades produtivas. A produção familiar e artesanal perdeu espaço para a *locomotiva industrial*. Nesse contexto, John Locke (1632-1704) formulou a sua teoria, segundo a qual o trabalho, enquanto ação modificadora do homem sobre a natureza, gera uma

autoridade natural sobre os modos de produção, a terra e a própria natureza. A terra e a produção — e o próprio trabalho — não seriam mais propriedades hereditárias, mas uma justa conquista, fruto do incessante e judicioso labor. Com essa forma de pensar, Locke lançou as bases do Liberalismo Burguês dos Séculos XVII e XIX<sup>14</sup>.

Ampliando a teoria de Locke, Adam Smith (1723-1790), o fundador da moderna economia política, estendeu a ideia de trabalho como gerador de direitos ao plano do Estado, ressaltando que o trabalho gera valor, como riqueza objetiva da nação. Smith ainda formulou a distinção entre ação produtiva, ou aquela que objetivamente produz bens duradouros; e ação improdutivo, que não produz bens duradouros. Da sua perspectiva, a produção industrial seria uma ação produtiva, pois rende objetos de consumo que se perpetuam, que possuem corpo e valor objetivo; enquanto as demais atividades, como as atividades do Direito, da Política, da Medicina, da Docência, etc. seriam ações improdutivo, uma vez que não materializam produtos passíveis de valoração objetiva.

Com David Ricardo (1772-1823), o trabalho foi instrumentalizado, perdendo a sua dimensão social. Para Ricardo, o trabalho era um fator de produção, posto como base para determinação de salário, da renda e do lucro. Ricardo não concebia o trabalho como esforço de sobrevivência, mas como mais um elemento no *jogo* da produção. Hegel (1770-1831) elaborou uma teoria do trabalho, com fundamento na economia política de Adam Smith, que pressupunha a distinção entre trabalho e ação. Hegel buscou tão somente interpretar a origem, o sentido e a função do trabalho (perante as demais dimensões da vida humana).

## 20

A definição marxista do trabalho: *processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza*. O trabalho determina o ser social, porquanto constitua a sua *especificidade*. Mais do que uma prerrogativa, o trabalho representa a possibilidade de existência da espécie

---

<sup>14</sup> Cf. LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Col. Os pensadores).

humana (e apenas na espécie humana). Há outras implicações: na medida em que possibilita a existência da espécie humana, o trabalho humaniza a natureza e igualmente se humaniza. A humanização da natureza impõe a sua radical alteração, transfigurando-a ao ponto de constituí-la subsídio material para a sociedade. A humanização do trabalho promove a alteração da dinâmica social. Com o trabalho, o homem cria a sua realidade (humaniza a natureza), ao passo em que cria si mesmo, enquanto *ser social* (humaniza o próprio trabalho).

21

A concepção marxista de trabalho estabelece o homem como ser de ação transformadora em relação à *fruição* dos resultados do trabalho. Nas sociedades primitivas, a *fruição* se refere à produção das condições objetivas de sobrevivência; nas sociedades complexas, traduz, além do consumo de bens materiais postos à sobrevivência, o consumo de bens simbólicos, essenciais à sua construção enquanto ser. A *omnilateralidade* pressupõe a totalidade das capacidades produtivas e a totalidade do consumo.

22

*Omnilateralidade*, alienação e reificação. O modelo da sociedade capitalista *coisifica* o ser humano. Com o aumento do nível técnico e tecnológico, o homem perde a totalidade da sua identidade (espiritual, histórica e social), torna-se produto. Esse processo de reificação do homem — do latim: *res*, coisa, *coisificação* do ser humano —, atinge a sua radicalidade no Século XX, quando as pessoas perderam as suas identidades, diluídas nos infinitos papéis sociais que assumiram frente às dinâmicas capitalistas. Com a Revolução Industrial, o homem perdeu a autoridade sobre a atividade de produção; agora, perde a autoridade sobre a própria identidade, pulverizada na assunção dos vários *eus* sociais, requeridos de acordo com os diversos ambientes da sociedade capitalista. O homem contemporâneo não é *omnilateral*. Criador/criatura incompleto, uma coleção de papéis sociais: o *eu* trabalhador, o *eu* familiar, o *eu* na atividade de lazer, o *eu* estudante, etc.



23

O trabalho como uma atividade historicamente estruturada. Olhando por sobre a teoria da economia política de Smith, Marx percebe que a concentração dos meios de produção, a exploração do trabalho, a propriedade privada, enfim os elementos que compõem o modo de produção capitalista não são naturais (como pretendiam os economistas de então). O modo de produção capitalista é uma construção histórica, determinada e passível de reversão.

24

Para Marx, o trabalho é a essência subjetiva da propriedade privada. Um elemento controlado por aqueles que detêm a posse e a propriedade dos meios de produção (e não pelos trabalhadores, o que torna o trabalho, portanto, algo alheio e prejudicial ao trabalhador). Na concepção marxista, o trabalho só pode existir como uma atividade alienada. Dito de outra forma, sem a posse e a propriedade dos meios de produção, sem compreender as etapas da divisão do trabalho e sem possuir o controle sobre a sua própria mão-de-obra, só resta ao trabalhador a atividade estéril, sem sentido, alienada. Desta forma, o trabalho se torna uma atividade estranha a si mesma, ao homem e à natureza.

Por outro lado, Marx observa que o trabalho cumpre, nas sociedades capitalistas, o papel de estratificador social<sup>15</sup> (Na Idade Média, as pessoas não migravam de classe social por sofrerem a constringência do Direito Consuetudinário; na Modernidade industrial, as pessoas não mudam de classe, porque não detêm a posse e a propriedade dos meios de produção). Para Marx, é uma falácia insidiosa afirmar que se pode enriquecer pelo trabalho. A única forma de acesso à riqueza é a exploração da mão-de-obra.

25

O homem organiza o trabalho na sociedade, de tal modo que termina por estruturar a própria vida social. Ao estabelecer a divisão das tarefas de acordo com as características dos indivíduos — sexo, força, saber, etc. —, o homem hierarquizou o trabalho e os próprios agentes do trabalho. Assim, trabalho e vida

---

<sup>15</sup> Cf. MARX, Heinrich Carl. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Volume II).

social estão tão imbricados que qualquer ação sobre um implica a transformação do outro. Em sociedades mais antigas, a vida social era estruturada menos pela organização do trabalho do que por um sistema fixo de castas. Porém, ainda assim, o tipo de trabalho influenciava diretamente a organização social. Em qualquer organização do trabalho, as atividades mais valorizadas são aquelas que envolvem o domínio do saber. Conhecimento, trabalho e organização social não podem ser entendidos separadamente. A relação entre conhecimento e trabalho reverbera no campo da Educação. O Estado estabelece os seus planos e as suas metas para a Educação, com base nas atividades profissionais que deverão ser contempladas nos processos produtivos. O papel da escola, inclusive, será determinado pela própria organização do trabalho — tanto quanto qualquer outra instituição o será também.

26

É correto afirmar que o trabalho é uma atividade que pressupõe uma necessidade, mas também uma utilidade. O trabalho está sempre relacionado à Ciência e à técnica. Assim, a Educação assume a dupla função de preparar o indivíduo para a competência teórica (ciência geradora de tecnologia de produção) e para a competência laboral (formação de mão de obra).

27

A reestruturação do trabalho. Trabalho e Educação estão intimamente ligados, de forma que, uma vez reestruturado o trabalho, também a Educação se transforma. De preparo de mão de obra especializada ao fomento do empreendedorismo – reflexo da *crise do trabalho*. Há todo um manancial de novas habilidades e novas capacidades que o trabalhador deve assumir para sobreviver num novo mercado de trabalho. Agora, ele deve ser flexível, polivalente, competitivo e facilmente adaptável. Esse novo perfil exigido do trabalhador é refletido na Educação. O professor é constringido a desenvolver os novos currículos e as novas metodologias do empreendedorismo. Antes, o saber técnico era fundamental para o trabalho; hoje, a técnica sozinha de nada adianta.

O educador cumpre uma função emancipadora: liberta o indivíduo dos processos reificadores impostos pelas dinâmicas do Capital. Isso não significa que o educador deva desamparar o trabalhador, recusando os conhecimentos técnicos necessários à vida profissional; apenas deve evitar a redução das suas perspectivas. A preparação do indivíduo para a cidadania, para a democracia, para a assunção do seu papel histórico. Educação pressupõe *omnilateralidade*, deve levar em conta todas as dimensões do homem. Os saberes técnicos, embora necessários, não compõem a totalidade da Educação.

28

Educação implica *práxis*. Em Konder<sup>16</sup>, *práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.*

Educação implica *práxis*. O conhecimento advém da prática reflexionada, num contínuo processo de produção do conhecimento. A prática, reflexionada pelo indivíduo, é o lugar privilegiado do conhecimento, através dela se estabelece o posicionamento histórico do indivíduo. A *práxis* realizada na Educação elimina os dois maiores entraves à transformação do ser: senso comum e ideologia. O senso comum representa um afastamento da criticidade e do questionamento. Explica a realidade, mas não compreende os seus fundamentos. Atende ao imperativo ideológico. A ideologia se expressa como um conjunto de ideias, comportamentos e crenças, muito particulares de uma classe ou grupo social. Esse conjunto é proposto ao todo da sociedade. Uma vez incorporado à consciência do indivíduo, torna-se senso comum.

O trabalho cria mecanismos para a transformação da natureza; a Educação cria mecanismos para a transformação do *ser social*.

---

<sup>16</sup> Cf. KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**; o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Uma distinção necessária para a compreensão do *ser social*: o indivíduo nasce com acesso ao patrimônio biológico da humanidade, mas o patrimônio simbólico humano deve ser conquistado no devir da sua história pessoal. Para se efetivar humano, o indivíduo deve se apropriar do saber, da cultura, da conduta (*ethos*). A Educação favorece a conquista do patrimônio simbólico humano.